



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema
Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

2ª Reunião Extraordinária do Grupo de trabalho da Revisão da Resolução 413/2009

Data: 1 de setembro de 2025.

Local: TEAMS.

Registros da reunião

1- Membros e participantes

Nome	Órgão
Adriana Castilho Costa R. Deus	CETESB
Adriany Christina Pereira de Carvalho	INEMA/BA
André Muniz Afonso	UFPR
Anderson Antonello	
Ângelo Antonio Agostinho	UEPR-Maringá
Aline Oliveira Da Cruz Machado	INEMA-BA
Bruno Dias	MPA
Carla Pavanelli	UEPR-Maringá
Carla Polaz	ICMBio
Clovis Ferreira	Instituto de Pesca - SAA/SP
Daniel Henrique Galileu Severino Cabral	IBAMA
Danilo de Bem Luiz	
Davi Palma	
Eduardo Ono	CNI
Eliane Yoshioka	EMBRAPA
Felipe Moraes	MPA
Felipe Souza Morais	UNICAMP
Fernanda Sampaio	EMBRAPA
Frederico Silva Brasileiro Do Valle	IBAMA



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema
Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

Getúlio Filho	SDS/MME
Gianmarco Silva David	Instituto de Pesca SP
Helio Rubens Victorino Imbimbo	CETESB
Igor Paiva Ramos UNESP	Ilha Solteira
Ives Duarte	MPA
Jade Marcel Alves Aprigio	
Jean Ricardo Simões Vitule	UFPR
Jose Claudio Sassi Junior	
Juliana Ventorim Lemos	MPA
Juliana Lopes	MPA
Larissa Cristina Grizenti dos Reis Souza	
Lorena Nascimento Leite Miranda	IEF-MG
Luciana Carvalho Crema	ICMBio
Luciana Seki Dias	
Luciene Mignani	MPA
Luisa Ribeiro	UNESP
Marcelo Catharin	MPA
Marco Izequiel dos Santos de Oliveira	
Maria Lucia Coelho Silva	
Marilsa Fernandes	Peixe SP
Marina Crespo Pinto Pimentel Landeiro	MMA
Marta Conde Lamparelli	CETESB
Orsi	
Rafael Valadão	ICMBio
Rita Alves Silva	MMA



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema
Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

Robert	IAP/PR
Sérgio Winckler	EPAGRI
Renato Torigoi	Rede/Peixe
Úrsula Suellem Coutinho Barreto Chetto	MPA
Victor Santos Lira da Nobrega	MPA
Viviana Lisboa da Cunha	MPA
William Pinheiro da Costa	
Yara Schaeffer Novelli	USP
Julia Lopes Martins	DCONAMA
Vinícius Diniz	DCONAMA
Vinícius Vitoi	DCONAMA

2- Matéria

Nº 02000.003079/2020-16 - Proposta de alteração da Resolução CONAMA nº 413/2009, que dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura, e dá outras providências.

3- Resumo da reunião

Reunião teve como objetivo trazer informações sobre peixes exóticos invasores introduzidas no Brasil por meio da piscicultura.

Luciene Magnani-MPA iniciou a reunião dando boas-vindas, fez breve relato da matéria e pediu aos participantes para se apresentarem.

Marília-MMA fez a introdução do tema espécies invasoras, destacou entender o esforço do MPA para aperfeiçoar a produção de peixes, porém, a questão das espécies invasoras é muito importante para a Secretaria de Biodiversidade. Explicou a construção da Estratégia de Controle do Espécies Exóticas que se encontra em discussão e a construção da nova lista de espécies invasoras.

1ª apresentação Luísa P. Ribeiro – UNESP; abordou aspectos negativos causados por criação de rã-touro no Brasil com relação a capacidade de predação e disseminação de doenças.

- Hélio Rubens Victorino destacou presença de ranavírus em viveiros de peixes e perguntou se realmente leva a morte de peixes. A resposta foi que não.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema
Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

- André Muniz Afonso destaca que na questão da ranicultura não há opção exceto a rã-touro. Citou um conflito usual entre animal resistir a doença não significa que uma espécie seja “reservatório” de doenças. Citou outro exemplo de vírus presente no brasil e citou que não é possível afirmar como o ranavirus entrou no Brasil. Defende que o desenvolvimento de atividades de aquicultura precisa ser feito com responsabilidade. Destacou a questão da Inspeção sanitária no controle de doenças que entram no Brasil.

- Marilda pergunta a Luísa Ribeiro e André Muniz se há levantamento da geração de renda/produtores de rã. Para Luísa foi difícil encontrar ranários porque há pouco controle. André confirmou que a disponibilidade de ranários é incipiente. Explicou que a fonte de dados para a FAO é o MAPA que não controla de forma eficiente da ranicultura.

- Jean Ricardo Simões abordou o conceito de “reservatório” conforme apresentado pela Luísa.

- Eduardo Ono perguntou a Luísa como outros países lidam com a gestão de problemas da rã-touro. Luísa explicou que a Europa proíbe a criação e não sabe dizer como é feito o controle e confirmou que é considerada problema em alguns países e citou o EUA.

- Torigoi destacou a necessidade de controle de organismos no Brasil e afirmou que pesquisadores, agentes sanitários e produtores devem trabalhar em conjunto.

Observação: foi proposto acordo para fazer as duas apresentações e abrir para perguntas somente depois.

2ª Apresentação Prof. Ângelo Antônio Agostinho - UEPR-Maringá; abordou impactos ambientais da criação de tilápias. Indicou que espécies introduzidas em reservatórios de água levam a disseminação desta espécie que tende a ocupar toda a bacia hidrográfica onde encontra-se o reservatório. Destacou as cheias que levam a disseminação de espécies introduzidas. Apontou que o surgimento de criação em tanque rede levou a colonização do reservatório Ilha Solteira-SP com tilápias. Estudos em reservatórios indicam que a tilápia leva a depressão de outras espécies. Destacou que espécies introduzidas estão ocupando unidades de conservação.

3ª Apresentação Prof. Jean Ricardo Simões- UFPR; indicou estudos que mostram a necessidade de o setor aquicultura refletir sobre a questão ambiental relacionada a espécie invasoras. Destacou a questão da pesca amadora e esportiva em polos de pesque-pague levando a disseminação de espécies que podem colocar em risco a grande diversidade de peixes no Brasil. O recorte da apresentação foram atividade de aquicultura paranaense e levantamentos da ictiofauna invasora, em especial a tilápia do Nilo, indicando impactos biológico desta espécie em ambientes naturais. Apontou a necessidade de integração do setor pesquisa e o setor produtivo com objetivo de evitar escapes para a natureza e destacou como a legislação é importante quando se pretende equalizar produção de peixes e preservar o meio ambiente.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema
Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

- Leitura de comentários no chat de pessoas que deixaram a reunião: necessidade da proposta de minuta abordar espécies invasoras (Fernanda Sampaio); comentário sobre manejo de tilápia na China com enfoque em tecnologia e conciliação com proteção ambiental (Daniel Galileu).
- Eduardo Ono argumenta que o interesse é o crescimento da atividade aquícola de forma equilibrada entre questões produtivas e ambiente, para ele deve-se evitar queda de braço em prol do desenvolvimento sustentável no setor de produção de proteínas. Questionou trabalhos que indicam presença de tilápia em corpo hídrico poluídos sem avaliar a capacidade da tilápia possuir vantagem competitiva neste ambiente. Para ele águas são afetadas por um conjunto de fatores poluentes que desequilibram o ambiente e não apenas decorrente da aquicultura.
- Igor Paiva avalia a necessidade de trazer trabalhos mais recentes para o debate; pergunta se foi observado a reprodução de tilápia em ambiente salino; pergunta sobre emissões de gases de efeito estufa pela aquicultura.
- Viviana Lisboa destaca diversos fatores que atuam sobre ambiente aquático e não apenas espécies exóticas. Argumentou que a aquicultura precisa de ambiente saudável porque com perda da qualidade poucas espécies de peixe sobrevivem. A tilápia é promissora em função da capacidade de produção de proteína e avanços tecnológico. Questionou a informação sobre tilápia em água salina e destacou o efeito do homem com fator de pressão sobre a ictiofauna nativa. Elogiou o esforço do grupo para encontrar soluções para superar desafios. Explicou que há esforço para estimular a criação de peixes nativos, porém, estas possuem limites inclusive de mercado.
- Jean Ricardo argumentou que em momento algum defende impedir a atividades de aquicultura; explicou que qualidade de água é fator presente em todos os trabalhos acadêmicos; confirmou que tilápias vivem em ambiente poluídos, mas não se espera que seja a regra; defende que é preciso evitar escape; é preciso reavaliar a reversão sexual; defende que não é a data de um trabalho que a torna mais ou menos importante; fatores que levam a baixa qualidade de corpo hídrico é somatória e o efeito negativo da aquicultura precisa ser levado em consideração; é preciso sinergia entre setores pesquisa, extensão e produção. O pesquisador defende que falta fiscalização sobre os aquicultores que, em geral, optam por procedimentos inadequados que favorecem escassos. Para Jean Ricardo é necessário ter o licenciamento ambiental e assim conseguir ter acesso a dados importantes para aperfeiçoamento do sistema. A questão de regulamentação incomoda aquicultores em todas as regiões do mundo, entretanto, é necessário avançar com ferramentas de controle e o controle do escape é fundamental.
- Ângelo Antônio abordou casos concretos sobre escapes que levam espécies invasoras para corpo hídrico independente da qualidade de atividade das atividades de aquicultura desenvolvidas em águas poluídas e limpas. Trata-se de espécie com grande capacidade de adaptação e capacidade para usar os recursos do ambiente. Destacou que acompanha o problema de invasão/escape desde a chegada do bagre africano na década de 70, defendeu que



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema
Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

o controle de escape é um fator importante e o setor produtivo evita o abordar o tema. Destacou a importância de o setor produtivo reconhecer que problemas ambientais associados a atividade de aquicultura são reais. Citou que sistemas fechados são promissores frente a modelos escavados; é necessário cuidado com tanques redes; distâncias dos tanques em relação aos rios.

Luciane Magnani relembrou palestras realizadas no início dos trabalhos com a matéria; o foco da matéria é o licenciamento e não espécie exótica invasoras; o licenciamento eficaz coopera com mais elementos de análise e controle; aquicultura no Brasil não é feita com espécie e invasora e sim com espécies autorizadas pelo IBAMA.

Encaminhamentos:

- Trabalhos apresentados nesta reunião serão disponibilizados no site do CONAMA.
- Próxima reunião será retomado o foco dos procedimentos de licenciamento.
- A parte de espécies exóticas invasoras podem ser tratada em outros instrumentos específicos.

Encerramento: 19hs